



GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decisão, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

Restaurante Popular: um estudo etnográfico da rede de atores sociais na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)

Autoria: Stefany Ferreira Feniman

Este work tem como objeto de reflexão a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) por meio de um de seus mais antigos e expressivos programas, o Restaurante Popular. Interessa discutir o modo como este programa se realiza através da rede de atores sociais envolvidos. No fluxo histórico contínuo da PNSAN se evidenciam diferentes planos, ações e tecnologias, tanto estatais, quanto externas ao Estado Nacional, por meio de variadas organizações e movimentos sociais atuantes na institucionalização da política. Esta rede ocorre em múltiplas escalas espaciais, com temporalidades variáveis, a partir do entrecruzamento de atores e amplos espaços de disputas: gestores públicos (municipais, estaduais e nacionais); agências políticas internacionais (FAO [Food and Angry Organization], agências de fomento); organizações privadas (aquelas que prestam o serviço ou aquelas que obstam o processo); instituições financeiras para o financiamento de recursos; movimentos sociais; meios de comunicação; as universidades e outras instituições de produção do conhecimento; dentre outros. Para elucidar a dinâmica do programa Restaurante Popular, isto é, o modo como ele se consolida na prática, promovemos as seguintes indagações: Quais as instituições e os atores envolvidos? De que modo esses atores se movem no sentido de alcançar os objetivos indicados? Quais as motivações que carregam e as retóricas que assumem? Quais os atravessamentos e desdobramentos suscetíveis no cotidiano da política? A justificativa para esta reflexão repousa no atual panorama político, econômico e cultural, no qual o Brasil, em



2014, havia deixado as estatísticas do 'Mapa da Fome', conforme divulgação periódica da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Contudo, o último Relatório em julho de 2017 trouxe o alerta de que o país está na iminência de voltar. Esta crise reflete também no cotidiano do Restaurante Popular, já que depende também de outra ação governamental, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que praticamente deixou de existir no volume de compras dos pequenos produtores da agricultura familiar e no volume de itens entregues às entidades sociais, inclusive àquelas responsáveis pela gestão dos restaurantes populares. A presente proposta considera todos os atores de forma não reificada, mas que se entrecruzam em múltiplos espaços de disputa. Enquanto uma metodologia de pesquisa privilegiada para estudar políticas sociais e culturais, no sentido mais pleno e mais abrangente, o objetivo é fomentar uma etnografia acerca da rede de atores sociais envolvidos na política governamental de SAN. Interessa debruçar-se sobre o cotidiano do serviço, dos atores e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado visto 'de baixo'.



Realização:



Apoio:



Organização:

